

Erradicação da pobreza é “o combate mais nobre que a UE deve travar”



Para Silva Peneda “de todas as tarefas que a União Europeia pode desempenhar a bem da humanidade, a luta a favor da erradicação da pobreza será porventura a mais nobre de todas”.

PÁG.08

EDITORIAL CARLOS COELHO

Rússia e Europa

Em Agosto estalou a crise: A aproximação da **Geórgia** à União Europeia, mas sobretudo à NATO, **colocou os russos em estado de nervos**. A Ucrânia e a Geórgia estão a um passo de aderir à NATO e os russos querem inverter esta tendência... custe o que custar.

Os europeus não estavam preparados para esta exibição de **realpolitik(a)** e uma vez mais **foi muito difícil falar a uma só voz** entre Estados-Membros mais preocupados em zelar pelos seus interesses comerciais e outros ainda claramente ressentidos dos anos de dominação soviética.

A Europa não tem capacidade de “obrigar” ou projectar força externamente, o exército europeu continua a ser um acto falhado e a dependência energética da UE um dos nossos grandes calcanhares de Aquiles.

Sarkozy, Barroso e Solana estiveram bem, mas a vontade de três Homens não faz uma PESC (Política Externa e de Segurança Comum) que continua a não afirmar-se.

Também aqui, **sem vontade comum, não há Europa!**

“Sabores dos Açores”

promovidos em Bruxelas por Durão Barroso e Pauleta a convite de Duarte Freitas

O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, e o futebolista Pedro Pauleta tornaram-se em Bruxelas confrades do Queijo de São Jorge e do Vinho do Pico, respectivamente, numa cerimónia de promoção dos produtos tradicionais açorianos.



PÁG.02

Vasco Graça Moura distinguido

pelo Governo Francês e pelo Presidente Italiano



Escritor e Deputado Europeu do PSD foi distinguido pela Ministra da Cultura de França, Christine Albanel e com Prémio de Tradução 2007 atribuído pelo Ministério da Cultura de Itália, sob o Alto Patrocínio do Presidente da República de Itália para o Melhor Tradutor Estrangeiro.

PÁG.06

PE aprova directiva sobre retorno de imigrantes

e Carlos Coelho fala em compromisso “possível”

O Parlamento Europeu (PE) aprovou um Relatório sobre a “Directiva do retorno” de imigrantes ilegais na UE que é a primeira de um pacote legislativo de três directivas sobre uma política comum de imigração.



PÁG.03

“Sabores dos Açores”

promovidos em Bruxelas por Durão Barroso e Pauleta a convite de Duarte Freitas



O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, e o futebolista Pedro Pauleta tornaram-se em Bruxelas confrades do Queijo de São Jorge e do Vinho do Pico, respectivamente, numa cerimónia de promoção dos produtos tradicionais açorianos promovida no Parlamento Europeu pelo Deputado europeu do PSD Duarte Freitas e que contou com a presença da Comissária Europeia para a Agricultura e Desenvolvimento Rural Mariann Fischer Boel, do Embaixador português na Bélgica e de vários representantes da comunidade portuguesa em Bruxelas.

Na sua intervenção, Durão Barroso destacou que *“que devemos numa Europa unida respeitar cada vez mais as tradições locais e regionais e acho sinceramente que faz parte da nossa cultura europeia e neste caso portuguesa o respeito por aquilo que são denominações de origem”*.

Salientando que a legislação comunitária protege estes produtos, precisamente por se tratar da defesa da diversidade cultural e da identidade europeia, o presidente da Comissão lembrou que o Queijo de São Jorge foi um dos produtos que mereceu a atribuição

de denominação de origem.

Por seu lado, o *“internacional”* português Pedro Pauleta, natural dos Açores e confrade do Vinho do Pico, disse ser *“uma honra enorme representar Portugal e os Açores”* na cerimónia, após a qual Durão Barroso fez questão de brindar *“ao futuro dos produtos tradicionais dos Açores, de Portugal e da Europa”*.

Na sua intervenção, Duarte Freitas agradeceu a Durão Barroso e Pauleta, *“dois amigos dos Açores”*, que emprestara m *“o seu nome e prestígio a dois produtos típicos dos Açores”*.

PE aprova directiva sobre retorno de imigrantes

e Carlos Coelho fala em compromisso “possível”



O Parlamento Europeu (PE) aprovou um Relatório sobre a **“Directiva do retorno” de imigrantes ilegais na UE**, que é a primeira de um pacote legislativo de três directivas sobre uma **política comum de imigração**. Como explica o **Deputado Carlos Coelho**, esta é uma matéria de co-decisão, onde o **“PE está em pé de igualdade com o Conselho, pelo que nada poderá ser aprovado sem o nosso acordo”**. Para o Deputado do PSD **“o compromisso a que se chegou está longe de ser perfeito mas é um primeiro passo”** e representa **“uma melhoria em relação à situação actualmente existente de enorme discrepância entre os Estados-Membros”**.

No debate que antecedeu a votação, os detalhes mais polémicos foram o **período máximo de detenção de imigrantes ilegais, a interdição de readmissão na UE por um período máximo de cinco anos, as condições para a detenção de crianças e o apoio judiciário** que será assegurado pelos Estados-Membros.

Na sua intervenção, **Carlos Coelho** lembrou que há muito que o PE tem vindo reclamar uma política de imigração que implique **“canais legais de imigração (que contemple a integração dos imigrantes e a sua protecção humana e social) e o combate eficaz contra a imigração ilegal”** e na sua opinião uma **política de retorno “equilibrada, justa e eficaz”** tem aqui **“um papel importante.”**

Na opinião do eurodeputado, esta Directiva permite **uma “abordagem europeia horizon-**

tal ao criar um quadro jurídico com normas mínimas comuns que possam garantir um regresso digno e em segurança dos imigrantes em situação ilegal” e ponha fim às **“zonas cinzentas”** que ainda persistiam, ao mesmo tempo que permite um maior controlo democrático e jurisdicional.

Carlos Coelho, que integra a Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos explica os cinco pontos que geram maior controvérsia:

1 - O âmbito da Directiva - **exclui-se** do âmbito da **directiva certas categorias de imigrantes ilegais**, o que acaba por permitir que nem todos os imigrantes ilegais possam ter acesso à totalidade das salvaguardas previstas nesta directiva, o que lamento, mas tenho que compreender a posição dos Estados Membros. São, no entanto consagradas **salvaguardas mínimas**, de forma a evitar arbitrariedade.

2 - **Princípio do regresso voluntário** - Deverá ser privilegiado o regresso voluntário, num prazo de 7 a 30 dias (com possibilidade de extensão), neste momento só a Alemanha é que consagra condições mais favoráveis.

3 - **Interdição de readmissão** - A interdição de entrada visa evitar que o imigrante ilegal possa voltar a tentar entrar de forma ilegal no território da União, pretendendo-se deste modo conferir maior credibilidade à política de retorno. Normalmente a sua duração poderá ir até 5 anos, o que é uma melhoria em relação à situação actual em que vários Estados Mem-

bro podem aplicar uma interdição ilimitada (ex. Áustria, Dinamarca, França, etc)

4. **Detenção** - A detenção **deverá ser uma medida de último recurso**, justificada, em condições dignas e durar o menos tempo possível. Quanto aos prazos de detenção, existem 9 EM que não têm qualquer prazo máximo de detenção e só seis países é que prevêem limites inferiores a 6 meses (onde se integra Portugal com 2 meses e onde já foi tornado público que tal como se solicita na Directiva, estas condições mais favoráveis irão ser mantidas).

5 - **Menores** - Quanto à questão da protecção dos menores, é lógico que me preocupa que eles possam ser detidos, especialmente no caso em que estejam sozinhos, e que possam igualmente ser expulsos. No entanto, se por um lado, não se alterou a situação em que continua a caber aos Estados Membros a decisão de os colocar ou não sob detenção (embora o deva ser feito apenas em último recurso), por outro lado, no caso de o decidirem fazer, passam a estar consagradas salvaguardas mínimas comuns.

“Considero, assim, que apesar de nalguns destes pontos a solução encontrada esteja longe de ser aquela que este Parlamento desejava, é no entanto a que foi possível e que representa em relação aos Estados Membros da União, numa perspectiva de conjunto, uma melhoria à situação actualmente existente. Por isso, dou o meu apoio a esta proposta por considerar que é apenas um primeiro passo para se poder vir a alcançar uma verdadeira política europeia de imigração e que, nos termos de uma disposição que aprovámos, deverá ser revista e melhorado no prazo de 3 anos.”

Muito em breve, o Parlamento Europeu deverá submeter a votação em plenário outras duas directivas relacionadas, designadamente uma proposta de directiva que estabelece **sanções contra os empregadores de imigrantes ilegais** e a proposta relativa às **condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente qualificado** que estão já em discussão na comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu devendo chegar a plenário em Outubro ou Novembro, já durante a Presidência francesa da UE. 

Silva Peneda propõe Fundo de Ajustamento Estrutural

para proteger sectores mais prejudicados pelos aumentos de combustíveis na UE



O Deputado Europeu do PSD, **José Silva Peneda** propõe a criação de um **Fundo de Ajustamento Estrutural**, de natureza exclusivamente social que, através de medidas **excepcionais e limitadas no tempo**, teria como **missão atenuar o impacto do aumento dos preços dos combustíveis nos sectores e franjas da população que maiores dificuldades** irão ter nas mudanças a enfrentar. Silva Peneda lembra a criação anterior do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização que veio permitir o apoio aos trabalhadores prejudicados pela deslocalização ou encerramento de empresas.

O funcionamento deste fundo **não poderia prejudicar nem o ajustamento necessário** que há a fazer, **nem distorcer de forma artificial o funcionamento dos mercados** e, muito menos, **não poderia pôr em causa os equilíbrios macroeconómicos**

fundamentais.

Para **Silva Peneda**, o aumento dos combustíveis **“é estrutural e veio para ficar”**, obrigando a várias mudanças no **“comportamento dos agentes económicos e da população em geral e reforça ainda mais a absoluta necessidade da existência de uma política energética europeia que se venha a basear num verdadeiro mercado europeu de energia, onde estejam identificadas as diversas fontes de abastecimento e onde se preveja o tipo de investigação a desenvolver sobre o controlo de emissões.”**

Segundo Silva Peneda, as medidas já adoptadas a nível europeu em termos de **energias renováveis, biocombustíveis e redução de gases com efeito estufa ganham ainda maior urgência para que se melhore a eficiência energética e a diversificação de fornecimento** de energia à UE.

Todavia, sendo o problema do aumento do preço dos combustíveis um problema estrutural **“as instâncias europeias não podem ficar indiferentes a todo um conjunto de sectores e franjas da população que estão muito mais vulneráveis e que se não forem alvo de acções específicas, através de apoio concreto, podemos, a muito breve prazo deparar com situações de grave e generalizada crise social de difícil controlo.”** A título de exemplo refere as pescas, onde os pescadores tem a maior dificuldade em repercutir o aumento dos custos no produto final e as famílias de menores rendimentos que, para além do aumento dos bens alimentares, vêm o seu drama agravar-se com a aumento do preço dos combustíveis.

Silva Peneda considera também absolutamente correcto que a Comissão venha a propor medidas de carácter estrutural, mas entende que tal **“poderá ser insuficiente.”** 

Duarte Freitas e representantes do sector da pesca

recebidos em Bruxelas pelo Comissário Joe Borg

Duarte Freitas: “para chegar a este ponto bastaram dois telefonemas, para o Ministro Jaime Silva ouvir os pescadores foram quase necessárias 3 revoluções”. Agora “Jaime Silva não tem mais desculpas”.

Teve lugar em Bruxelas uma reunião entre o **Eurodeputado do PSD, Duarte Freitas** (da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu) e os **representantes do sector da pesca**, portuguesa **Miguel Cunha, Presidente da Associação Portuguesa de Armadores de Pescas Industriais (ADAPI)** e **Humberto Jorge, Presidente da Associação de Armadores de Peniche (AMAP)** com o **Comissário Europeu responsável pelas Pescas, Joe Borg para discutir a crise neste sector.**

Como principal ponto da agenda desta reunião, que durou 2 horas, esteve a **crise provocada pelo aumento do preço dos combustíveis** e as suas consequências para o sector.

Duarte Freitas considerou a reunião **“muito construtiva”** e lembrou que para chegar a este ponto **“bastaram dois telefonemas e que para o Ministro Jaime Silva ouvir os pescadores fo-**

ram quase necessárias 3 revoluções”. **Duarte Freitas** salientou ainda que **“Jaime Silva agora não tem mais desculpas”** depois da total abertura da Comissão Europeia, anunciada na véspera pelo porta-voz de Durão Barroso e hoje confirmada por Joe Borg, do **“compromisso da UE para procurar soluções urgentes que permitam proteger os sectores mais prejudicados pelo aumento dos combustíveis.”**

Pela ADAPI, **Miguel Cunha**, afirmou que esta reunião **representa “uma porta aberta para ser trabalhada pelo governo no sentido de dotar o sector da pescas português de condições mais favoráveis à sua sustentabilidade económica sem esquecer a preservação dos recursos”.**

Ainda segundo Miguel Cunha, o Comissário Borg, apesar de considerar totalmente desaconselhável **“atirar dinheiro para cima dos problemas”** mostrou total abertura para



“flexibilizar as regras comunitárias e criar mecanismos de curto, médio e longo prazo que permitam a reestruturação e consequente independência financeira do sector”.

Dias depois, já o Governo português e a Comissão Europeia anunciaram um pacote de ajudas ao sector das pescas. 



QREN - Silva Peneda questiona

Comissão Europeia sobre discriminação do Norte no uso de fundos europeus

Governo português beneficiou região de Lisboa na atribuição de fundos do QREN através de "exceções" mal justificadas - Veja a edição sobre o QREN em <http://www.silvapeneda.org/docs/QREN.pdf>

O Eurodeputado do PSD, **José Silva Peneda** questionou a **Comissão Europeia sobre a utilização que o Governo português irá a dar aos fundos comunitários em Portugal tal como previsto no QREN**, criticando abertamente a **opção do Governo de criar uma "artimanha" para fugir às regras comunitárias e beneficiar a região de Lisboa, em detrimento das outras regiões do país, nomeadamente do Norte de Portugal.**

Tal como explica Silva Peneda, os critérios de elegibilidade para atribuição do financiamento do FEDER e do FSE restringem-se às regiões onde o PIB per capita é **inferior a 75% da média comunitária**, o que "felizmente já não acontece em Lisboa que já ultrapassa cla-

ramente a média comunitária, ao contrário da região norte que regista um valor de apenas 59,8%". Ora, para contornar esta condição **"o governo criou uma exceção à regra geral de elegibilidade territorial"** para atribuição dos fundos comunitários no contexto do QREN, justificando **que os investimentos feitos na capital têm "efeitos de difusão" (spill-over) nas restantes regiões do país.**

Contudo, estes "efeitos de difusão" não estão quantificados rigorosamente, e nem sequer vagamente estimados, sendo fundamentados em argumentos qualitativos como **"especialmente significativos"** e de **"grande relevância"** tal como se pode verificar no Anexo V da "Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2007".

A título de exemplo, **Silva Peneda** refere que será **"particularmente difícil"** que o Norte venha a beneficiar por **"difusão"** dos investimentos feitos em Lisboa no Programa Temático Potencial Humano do QREN. Este programa visa inverter **"o deficit de qualificações**

da população, deficit esse especialmente grave na região Norte."

"Estamos perante não só uma insensibilização de política face a uma região deprimida social e economicamente como também a uma centralização sem precedentes da gestão e facilitação de meios de apoio cruciais para empresas e economias locais."

Silva Peneda lembra ainda que a **taxa de desemprego da região Norte tem sido consistentemente superior à da região de Lisboa** (9,1% vs. 8,4% no fim de 2007) ainda que no primeiro trimestre de 2008 estas taxas se tenham igualado (8,6%). Por outro lado, 35% da população portuguesa reside na região Norte enquanto que na região de Lisboa reside apenas 26%. A região Norte regista ainda um dos mais baixos rendimentos médios mensais da população empregada em Portugal (684 euros) sendo este 24% inferior ao verificado na região de Lisboa (899 euros). Fonte: INE, 2008. 

Vasco Graça Moura distinguido

pelo Governo Francês e pelo Presidente Italiano



Vasco Graça Moura, escritor e Deputado Europeu do PSD foi distinguido pela **Ministra da Cultura de França, Christine Albanel**, com o grau de **Oficial da Ordem das Artes e das Letras** e com **Prémio**

de Tradução 2007 atribuído pelo **Ministério da Cultura de Itália, sob o Alto Patrocínio do Presidente da República de Itália** para o **Melhor Tradutor Estrangeiro.**

O grau de **Oficial da Ordem das Artes e das Letras** atribuído pelo Ministério da Cultura francesa é uma **"das quatro Ordens ministeriais da República Francesa, e por consequência, uma das suas principais distinções honoríficas"**. Com esta distinção o Ministério da Cultura francês pretende distinguir **"pessoas que se destacaram pelas suas criações no domínio artístico ou literário, ou pela sua contribuição para a divulgação da cultura francesa no mundo"**.

O Prémio de Tradução 2007 de Itália é atribuído anualmente a tradutores e editores estrangeiros que tenham dado contributos importantes à valorização da pesquisa científica e da cultura italiana no estrangeiro.

Sob proposta da prof. Giulia Lanciani, membro do júri, o **Prémio foi conferido por**

unanimidade a Vasco Graça Moura. A cerimónia de entrega dos Prémios terá lugar no Palácio do Quirinal, na **presença do Chefe de Estado, Giorgio Napolitano**, em data ainda a aguardar.

Tradutor de **Shakespeare, Villon, Rilke, Shakespeare, Seamus Heaney, Lorca, Gottfried Benn, Ronsard, Racine, Molière, Rostand**, Vasco Graça Moura distinguiu-se em Itália pela tradução de algumas das principais obras italianas como a **Divina Comédia** e a **Vita Nova** de **Dante** e as **Rime** e os **Trionfi** de **Petrarca**.

"Tendo em consideração uma tão rica e vasta actividade de tradutor, que contribuiu de forma especial para a divulgação, em Portugal e nos países lusófonos, das mais marcantes obras da literatura italiana, em versões de alta qualidade estética e de escrupuloso respeito pelos originais, o júri decidiu conferir unanimemente a Vasco Graça Moura o Prémio Nacional 2007" afirma o Júri. 

Parlamento Europeu aprova

inclusão da aviação no mercado de carbono

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou o Relatório Liese sobre a “inclusão da aviação no mercado de carbono”. Segundo o Deputado açoriano Duarte Freitas, este compromisso obtido com o Conselho é, em termos gerais, “muito positivo, mas **não resolve o problema da acessibilidade das Regiões Ultra-periféricas (RUPs)** ao continente.” Duarte Freitas, sublinhou ter-se chegado “a um ponto intermédio, que é mais do que Bruxelas propunha, mas é menos do que queriam as RUP” lembrando que o próprio “governo português dizia há dois anos que era impossível haver qualquer excepção”.

A derrogação para as RUPs é, para os **Deputados do PSD “minimalista**, pois de facto, a **exclusão dos voos internos e dos voos com menos de 30000 passageiros por ano não resolve o problema da acessibilidade dos cidadãos das RUPs** ao continente.”

A cláusula que aponta para a revisão da Directiva em 2014 é, no entanto, **uma janela de oportunidade** para que se consiga a médio prazo **um sistema mais justo** para estas regiões.

O Deputado madeirense Sérgio Marques, considera que “**apesar do acordo obtido não ser o ideal, considero que se observou uma evolução positiva no que diz respeito às necessidades das RUPs desde a proposta inicial da Comissão que nada referia sobre estas regiões.**”

Para além destas questões de cariz regional, o acordo é **muito positivo para a UE** em geral. A nova Directiva, ao integrar a **aviação nos esforços de mitigação das alterações climáticas**, será um sistema único no mundo que ajudará a UE a melhor combater as alterações climáticas e a dar um sinal da sua ambição e do seu empenho .

Duarte Freitas considera medidas de emergência

da UE para a Pesca insuficientes e pede pressão por parte do Governo.

A Comissão Europeia propôs recentemente um Regulamento com o propósito de instituir uma acção específica destinada a **promover a reestruturação das frotas de pesca da União Europeia afectadas pela crise energética mundial.**

Duarte Freitas, Deputado efectivo da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, considera que “**o sector das pescas constitui uma componente essencial da vida económica de muitas regiões costeiras da União Europeia, contribuindo de forma específica para a segurança e saúde alimentar**” lembrando contudo que o sector “**está preso num ciclo vicioso de baixa rendibilidade económica.**”

Duarte Freitas considera que “**apesar dos esforços envidados desde a última reforma da PCP em 2002, a fragilidade estrutural do sector mantém-se, tendo o aumento drástico dos preços dos combustíveis contribuído para uma agudização do problema.**”

Instado a comentar a proposta legislativa da UE, que hoje debatida em Conselho de Ministros, o Deputado Social-democrata mostra-se “**desapontado**” com o teor da mesma.

Duarte Freitas explicou que “**esta proposta legislativa vem no seguimento de uma Comunicação da Comissão Europeia**” que, segundo o próprio, “**faz uma correcta avaliação dos actuais constrangimentos e dificuldades porque passa o sector da pesca comunitário.**” Contudo, Duarte Freitas considera que “**a proposta**

legislativa é insuficiente em vários pontos fundamentais, e funciona como um presente envenenado noutros.”

“**Apoiar uma cessação temporária da frota, exigindo que os armadores se sujeitem a um plano de reestruturação da mesma, não me parece sensato, assim como também não me parece razoável promover o apoio à eficiência energética sem se contemplar, clara e inequivocamente, a substituição de motores nesse mesmo pacote de medidas**”, (artigos 6º e 7º da Proposta de Regulamento) argumenta Duarte Freitas.

Por outro lado, considera que “**algumas medidas são discriminatórias** relativamente ao segmento da **pequena pesca costeira**, que, em Portugal representa cerca de **80% da frota nacional**. Refiro-me, por exemplo, aos programas de adaptação das frotas que limita a sua elegibilidade às frotas cujos **custos energéticos (combustíveis) representem, em média, 30% dos custos de produção, com base no volume de negócios de 2007.**”

A este respeito, Duarte Freitas considera que “**nem a percentagem nem o ano de referência permitem uma correcta abordagem ao problema. 2008 foi o ano em que os preços dos combustíveis mais subiram e, como tal, os dados encontram-se subestimados.**”

Duarte Freitas, espera que na reunião do Conselho, Portugal defenda os interesses da pesca nacional e discuta alguns pontos que, nesta proposta, “**não estão devidamente salvaguardados.**” .



Silva Peneda: Erradicação da pobreza é

“o combate mais nobre que a UE deve travar”

O Parlamento Europeu aprovou um Relatório relativo ao **Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social** da autoria da Deputada PANAYOTOPOULOS-CASSIOTOU e cujo debate contou com a intervenção crítica do **Deputado do PSD, José Silva Peneda**.

O ex Ministro do Trabalho de Cavaco Silva sinalou o facto do relatório em debate mencionar de forma expressa a luta pela **“erradicação da pobreza”** tal como tinha sugerido e não apenas o **“combate à pobreza”**, como chegou a estar proposto.

Silva Peneda lembrou que, se por um lado a União Europeia nos habituou a **reagir muito rapidamente**, num grande espírito de solidariedade, por exemplo, no **auxílio às vítimas de catástrofes** naturais pelo mundo fora, **“revela muita hesitação no auxílio às vítimas de catástrofes económicas e sociais no seio da própria União.”**

O Deputado do PSD **criticou o facto de neste relatório onde se aborda o tema da pobreza “não se faça referência ao aumento dos preços dos bens alimentares”** afirman-



do mesmo que esta ausência de referência **“choca-me, porque todos nós sabemos que quanto mais pobre é uma família maior é a percentagem do seu orçamento com a aquisição de bens alimentares.”**

Silva Peneda recordou que neste sentido deveria ser mencionada, por exemplo, a recente **Comunicação da Comissão relativa à subida do preço destes produtos.**

Quanto à erradicação da pobreza, **Silva Peneda** é da opinião que **“não devemos restringir a luta apenas ao espaço territorial da União”**

pois na sua opinião esta **“é uma luta que não tem fronteiras, porque estamos a falar de valores essenciais à dignidade humana,”** e, tal como recordou mais à frente, a Europa, ao longo da sua história, sempre se **“definiu mais pela sua irradiação para o mundo do que por si mesma.”**

A terminar **Silva Peneda** afirmou que no século XXI, **“de todas as tarefas que a União Europeia pode desempenhar a bem da humanidade, a luta a favor da erradicação da pobreza será porventura a mais nobre de todas.”** 

Relatório Freitas Preservação dos Ecossistemas

de Profundidade, aprovado no Parlamento Europeu

Foi aprovado na Sessão Plenária de Bruxelas, com 95% dos votos, o Relatório do Deputado Europeu Duarte Freitas, relativo à Proposta de Regulamento do Conselho com vista à protecção dos ecossistemas marinhos vulneráveis de alto mar.

Este dossier, que constitui uma das duas prioridades da presidência eslovena em matéria de pescas, dará execução às recomendações formuladas na Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 61/105 de 8 de Dezembro de 2006) relativas a medidas destinadas a **eliminar as técnicas de pesca destrutivas que amea-**

çam os ambientes de alto mar.

Para elaboração deste Relatório o **Deputado Duarte Freitas** promoveu uma audição no Parlamento Europeu onde contou com a participação do responsável pelo **Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Professor Ricardo Serrão Santos** que, segundo o **Deputado Europeu**, **“deu um significativo contributo científico baseado na excelente investigação dos mares profundos que aquele Departamento tem vindo a executar”.**

No final da votação, **Duarte Freitas** estava sa-

tisfeito com a aprovação do documento tendo referido que **“a esmagadora maioria alcançada na votação poderá de certa forma influenciar a Comissão a incorporar as alterações do Parlamento no documento final, que será brevemente submetido à aprovação do Conselho”**

Duarte Freitas, referiu que **“é importante que este Regulamento seja rapidamente aprovado para que sejam salvaguardados os princípios fundamentais que regem as liberdades e obrigações no alto mar, estabelecidas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.”** 

PE faz ponto de situação da implementação do SIS 2

Saiba mais sobre o SIS II em <http://www.carloscoelho.org/dossiers/sisii/default.asp?submenu=20>

A Comissão das Liberdades Públicas do Parlamento Europeu (PE) organizou, a pedido do Deputado do PSD **Carlos Coelho** uma audição pública com todos os responsáveis europeus e nacionais envolvidos na **implementação da segunda geração do Sistema de Informações de Schengen (SIS 2)**, do qual o deputado português é **Relator** do Parlamento Europeu, a fim de fazer **um ponto de situação relativo à efectiva entrada em funcionamento do SIS 2**.

Carlos Coelho lembra que o SIS 2 é *“essencial para o reforço da segurança nas fronteiras externas da UE, por ser mais operativo que o sistema hoje em vigor, por ter mais funcionalidades e mais dados (dados biométricos e impressões digitais)*. O SIS 2 deveria ter entrado em funcionamento em 2007, depois foi anunciado que seria em 2008 e há ainda quem duvide que consiga sê-lo durante 2009.

Esta audição juntou todas as partes envolvidas no processo, com principal destaque para

o **Vice-Presidente da Comissão Europeia Jacques Barrot**, para o Representante da **Presidência Eslovena da UE** e para **vários especialistas** dos Estados-Membros que estão a acompanhar a implementação do SIS 2.

Carlos Coelho apresentou as conclusões deste encontro e deixou **vários alertas** em nome do Parlamento Europeu:

1. Este é **um sistema único** que só pode funcionar com todas as partes operacionais. Não faz sentido que a Comissão Europeia declare o trabalho concluído com a instalação do Sistema Central sem estar conectado e a funcionar sem problemas com os serviços e polícias dos diversos Estados-Membros.

2. Os **testes efectuados** têm de ser **rigorosos** e aprovados por unanimidade, não devemos cair no facilitismo de “aligeirar” o rigor dos testes para acelerar calendários de execução.

3. Este é um **sistema de base europeia** e não intergovernamental, que deve ser gerido pela Comissão Europeia. Esta deverá apresentar o mais breve possível ao Parlamento Euro-



peu a sua **proposta legislativa que criará o organismo (agência?) que irá gerir o SIS 2**, para ser discutida e aprovada em co-decisão.

4. Deverá ser **afastada a ideia de facilitar que alguns países poderão continuar com o SIS1 enquanto outros mais preparados avançariam já com a migração do sistema para o SIS 2**. Só poderá haver uma **“one shot migration”**, uma transição com todos os Estados Membros logo que todos estejam em condições.

5. Parte sensível de todo este processo é a **protecção de dados**. Devem ser respeitadas todas as competências das autoridades de protecção de dados quer a nível europeu, quer a nível nacional. O **PE critica** o facto de estas, e em especial o Supervisor Europeu para a Protecção de Dados, não tenham sido devidamente envolvidas e auscultadas até ao momento.

6. O **Parlamento Europeu exige total transparência** durante o processo de implementação do sistema, querendo ser periodicamente informado do ponto de situação de todos os EM’s e do sistema central. O Parlamento reserva-se o direito de **pedir responsabilidades** aos que, pela sua acção ou inacção, **levarem a maiores atrasos na entrada em funcionamento do SIS 2**. 



Eurodeputados do PSD defendem maior atenção aos jovens

nas políticas da UE

Os sete **Eurodeputados do PSD** assinaram uma Declaração Parlamentar sobre a prestação de uma **maior atenção ao desenvolvimento da autonomia dos jovens nas políticas da União Europeia**, na sequência de um repeto do **Presidente da JSD Pedro Rodrigues** e de um encontro com **Diogo Pinto, Secretário-Geral do Forum Europeu de Juventude**, estrutura parceira da UE e a principal impulsionadora das políticas públicas de juventude na UE.

Recentemente a Comissão Europeia através do seu Livro Branco intitulado **“Um novo impulso à juventude europeia”** estabeleceu como objectivo a prestação de **uma maior atenção aos jovens noutros domínios de acção**, em especial a educação e a aprendizagem ao longo da vida, o emprego, a integração social, a saúde, autonomia dos jovens, a mobilidade, os direitos fundamentais e a não-discriminação.

Tendo também em consideração que o Parlamento Europeu aprovou relatório salientando a necessidade de uma maior tomada em consideração dos jovens, os Deputados vêm agora convidar a Comissão Europeia **“a ava-**



liar e a incluir o impacto sobre os jovens e os resultados do diálogo estruturado com as organizações de jovens na elaboração de propostas legislativas.”

Os nossos Eurodeputados e restantes

subscritores pedem aos Estados-Membros que se **concentrem nos jovens aquando da execução dos programas nacionais de reforma da estratégia de Lisboa** e que tomem em consideração os jovens nos domínios de acção pertinentes.”

PE aprova Rede de pontos de contacto contra a corrupção

mas defende maior transparência

O **Parlamento Europeu aprovou um Relatório sobre uma futura rede de pontos de contacto contra a corrupção**. Carlos Coelho do PSD apoiou esta proposta mas defende maior transparência.

Segundo **Carlos Coelho**, a estratégia europeia relativa à prevenção e combate à criminalidade organizada evidencia a **“necessidade de se desenvolver uma política europeia coerente de combate à corrupção, onde é fundamental a participação activa de todos os actores relevantes.”**

Na opinião do Deputado, a eficácia da prevenção e luta contra a corrupção na Europa **“depende da existência de uma cooperação efectiva e eficiente”** entre as respectivas **“autoridades e serviços dos Estados Membros”**, identificando as **oportunidades**, partilha-



do as **melhores práticas** e desenvolvendo padrões elevados de **profissionalismo**.

Carlos Coelho apoiou a ideia de **criar formalmente uma rede anti-corrupção, com pontos de contacto nos Estados Membros**, a cuja actividade deverão estar plenamente associados (de acordo com as respectivas competências) outros organismos e agências que desempenham **“um papel fundamental nesta luta, como é o caso da OLAF, da Europol e da Eurojust.”** sublinhou Carlos Coelho.

Silva Peneda defende reformas no financiamento da segurança social e na política de rendimentos

Defende a necessidade de alterar o modo de financiar os sistemas de segurança social, aliviando a carga sobre o factor trabalho e substituindo-a por impostos indirectos.

Defende também que se estudem novas propostas, também de natureza fiscal, que incentivem as empresas a possibilitar o acesso dos trabalhadores à participação nos lucros, embora com diferimento no tempo dos respectivos pagamentos para evitar tendências inflacionistas.

O Deputado Europeu do PSD, **José Silva Peneda** participou numa discussão que teve lugar no Parlamento Europeu sobre o **financiamento da Segurança Social** e onde participaram especialistas, académicos e técnicos da OCDE e da Comissão Europeia.

Na sua intervenção, Silva Peneda afirmou, que se é certo que *“a competência sobre o sector da segurança social pertence aos Estados Membros da União”* Europeia, também é verdade que o **problema do seu financiamento é comum a todos os 27 países da União.**

“alterar o modo de financiar os sistemas de segurança social, no sentido de aliviar a carga sobre o factor trabalho e substituí-la por impostos indirectos”

Por isso, entende ser fundamental abrir uma discussão alargada sobre formas alternativas de financiar os sistemas de segurança social.

Na linha do que tem vindo a defender em diversas ocasiões, Silva Peneda chamou a atenção para a necessidade de se vir a ***“alterar o modo de financiar os sistemas de segurança social, no sentido de aliviar a carga sobre o factor trabalho e substituí-la por impostos indirectos”***, dado que um sistema onde o financiamento é assegurado quase exclusivamente pelos salários justificava-se num tempo em que o modelo de produção se baseava no sistema de mão de obra intensiva. Nas actuais circunstâncias, há que ponderar sobre

formas alternativas de financiamento, até porque a **carga fiscal sobre o factor trabalho é demasiado elevada para as próprias empresas** e, como tal, não favorece a criação de emprego.

Silva Peneda entende que o governo português perdeu uma boa oportunidade de caminhar nesse sentido quando, recentemente, decidiu reduzir a taxa do IVA em 1%. Atendendo ao montante referente à redução feita no IVA, Silva Peneda é da opinião que **seria possível, em vez de baixar o IVA, ter reduzido a taxa social única paga pelas empresas para a segurança social em cerca de um ponto percentual**, o que aliviaria os custos sobre o factor trabalho suportado pelas empresas.

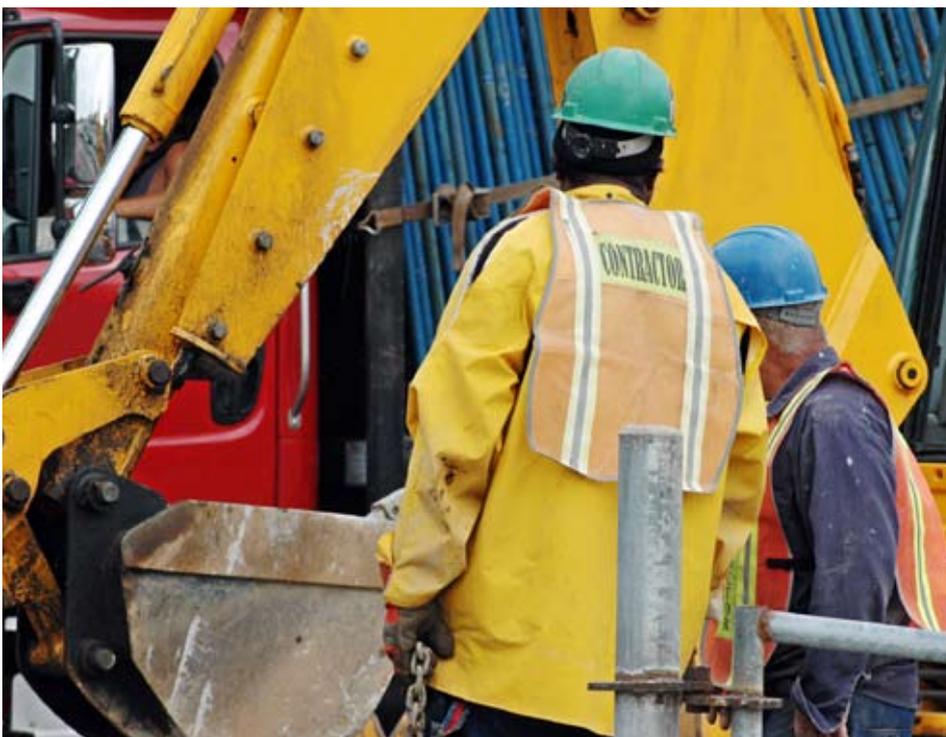
Se assim se procedesse ter-se-ia criado melhores condições para que as empresas, especialmente as pequenas e médias, que criam **9 em cada 10 novos postos de trabalho**, passassem a ter um incentivo acrescido para criar novos empregos.

Silva Peneda viu **confirmadas por parte dos técnicos da Direcção Geral da Alfândegas e dos Impostos da Comissão Europeia** presentes na reunião a **justeza da sua proposta.**

Em documento distribuído, essa Direcção Geral afirma que se houver uma alteração no **financiamento da segurança social de modo a que o sistema passe a ser financiado em 40% por impostos indirectos até atingir 50%, passados cinco anos, o impacto directo, a dez anos, no crescimento do emprego pode atingir 3% e no crescimento do produto, mais de 2%.**

O Deputado do PSD fez uma referência à necessidade de se encarar, **no quadro da política de rendimentos, fórmulas diferentes das actuais, no que respeita ao cálculo dos salários que se têm vindo a basear apenas nos aumentos da produtividade e da inflação esperada.**

Nesse sentido, **sugeriu que se estudem novas propostas, também de natureza fiscal, que incentivem as empresas a possibilitar o acesso dos trabalhadores à participação nos lucros**, embora com diferimento no tempo dos respectivos pagamentos para evitar tendências inflacionistas. 



Duarte Freitas, nomeado

relator do PPE para dossier relativo à actividade baleeira

O Deputado Europeu do PSD Duarte Freitas foi nomeado relator do PPE para uma Comunicação da Comissão Europeia sobre a acção comunitária relativa à actividade baleeira.

Duarte Freitas considera que “este documento se reveste de enorme importância para os Açores, não apenas pela sua história, fortemente ligada à actividade baleeira, como também devido à importância que a actividade de whale watching representa, hoje em dia, para a economia açoriana”.

Duarte Freitas explicou que “com a presente Comunicação, a UE pretende clarificar a sua posição no que diz respeito à protecção destes animais, e marcar uma posição clara ao nível internacional.”

Com este documento, a Comissão Europeia pretende fazer o ponto de situação em

relação à **protecção das baleias ao nível comunitário e internacional**, assumindo-se como **um interveniente importante na persecução de objectivos ligados à criação de um quadro regulamentar internacional eficaz para a protecção das baleias.**

Para **Duarte Freitas**, é necessário que a UE “assuma uma posição coordenada e consensual na Comissão Baleeira Internacional (CBI)” e, nesse sentido, considera “*muito oportuna*” a iniciativa da Comissão Europeia. 



Presidente Sarkozy recebe obra de Vasco Graça Moura

Durante a sessão plenária de Julho do Parlamento Europeu, decorrida em Estrasburgo, **Nicolas Sarkozy**, Presidente em exercício do Conselho Europeu, recebeu de **Vasco Graça Moura**, escritor e Deputado Europeu do PSD, a sua obra de tradução de autores franceses. No seu primeiro discurso ao Parlamento Europeu durante a Presidência francesa da UE, Nicolas Sarkozy fez referência à importância da cultura para a construção da União.

De entre os exemplares oferecidos

contavam-se os autores *Villon, Ronsard, Racine, Molière, Corneille, Voltaire e Rostand.*

Na foto do momento encontra-se ainda **José Manuel Durão Barroso**, Presidente da Comissão Europeia e o Presidente do Parlamento Europeu, que presenciou a ocasião.

Vasco Graça Moura foi recentemente distinguido pelo Governo francês com o grau de **Oficial da Ordem das Artes e das Letras.** 

